

Conselho da Justiça Federal

PROCESSO CJF – ADM 2018/0009

PREGÃO ELETRÔNICO n. 3/2018

O **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 388, de 3 de outubro de 2017, nos termos das disposições contidas na Lei n. 10.520, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, no Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para **contratação de empresa especializada no ramo de engenharia mecânica para a prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do Conselho da Justiça Federal – CJF**, conforme condições e especificações constantes das cláusulas abaixo e dos módulos I a III, os quais fazem parte integrante do presente edital:

- I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO
- II – DO OBJETO
- III – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO
- IV – DO CREDENCIAMENTO
- V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP
- VI – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO
- VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS
- VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES
- IX – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
- X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- XI – DA HABILITAÇÃO
- XII – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO
- XIII – DOS RECURSOS
- XIV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- XV – DO PAGAMENTO
- XVI – DAS PENALIDADES
- XVII – DO CONTRATO
- XVIII – DA VISTORIA
- XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- MÓDULO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS
- MÓDULO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- MÓDULO III – MINUTA DE CONTRATO

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

2 – No dia 20.2.2018, às 14 horas e 30 Minutos, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3 – Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

II – DO OBJETO

1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia mecânica para a prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do Conselho da Justiça Federal – CJF, de marca EVAC, de acordo com o estabelecido neste instrumento convocatório.



Conselho da Justiça Federal

1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

1 – Qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, encaminhando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico cpl@cjf.jus.br cabendo ao pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do termo de referência (se for o caso), decidir a matéria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

2 – As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

3 – Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique modificação no edital, esta modificação será divulgada da mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do correio eletrônico cpl@cjf.jus.br.

5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link *Acesso livre>Pregões>Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

IV – DO CREDENCIAMENTO

1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br (art. 3º, §1º, do Decreto n. 5.450/2005).

1.1 – O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, §5º, do Decreto n. 5.450/2005).

2.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

2.2 – A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

1 – Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

1.1 – Atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste edital;

1.2 – Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) – do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;



Conselho da Justiça Federal

1.3 – Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do inciso I, do art. 13 do Decreto n. 5450/2005.

1.4 – Manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem, plenamente, os requisitos de habilitação e pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

Observação: A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta, sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

2 – Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

2.1 – Para o enquadramento das ME/EPP, a empresa, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida lei;

2.1.1 – Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no §4º, do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

2.1.2 - As empresas que incidirem nas vedações ao ingresso no Simples Nacional, constantes no art. 17 da Lei Complementar n. 123/2006, poderão participar da licitação, contudo não poderão utilizar os benefícios tributários do regime diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do regime, a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos dos artigos. 30, inciso II, e 31, inciso II, da referida Lei Complementar.

3 – Não poderão participar deste certame:

3.1 – Empresas que estiverem sob a aplicação da penalidade referente ao art. 87, incisos III e IV da Lei n. 8.666/1993, do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ou do art. 28 do Decreto n. 5.450/2005;

3.1.1 – A suspensão prevista no art. 87, inciso III, aplica-se, apenas, no âmbito do CJF.

3.1.2 – Para fins de participação nesta licitação, a penalidade imposta com base no art.7º da Lei n. 10.520/2002 abrange, apenas, os órgãos da União, nos termos do Acórdão n. 2242/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

3.2 – Servidor/membro/juiz de qualquer órgão, ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor/membro/juiz seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

3.3 – Empresas que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.4 – Empresa em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5 – Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.6 – Empresas que possuam, em seu quadro societário, pessoa detentora de mandato de deputado e/ou senador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a”, do inciso I, do artigo 54 da Constituição Federal;

3.7 – Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no portal do Conselho Nacional de Justiça;

3.8 – Empresas que possuam registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.



Conselho da Justiça Federal

3.9 – Empresas impedidas de licitar e contratar com a União.

VI – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

1 – Após a divulgação deste edital no sítio www.comprasnet.gov.br, as licitantes deverão encaminhar propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

2 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços.

3 – A licitante deverá formular e encaminhar a proposta de preços no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, na qual deverá constar a descrição do objeto ofertado com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência.

3.1 - Para orçamentação dos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo, deverão ser obedecidos os ditames do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;

3.2 - O orçamento de referência apresentado pelo CJF indicará o preço estimativo a ser pago pelos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo. Os interessados na execução da empreitada poderão ofertar descontos, a incidirem sobre o preço máximo informado.

3.3 - A LICITANTE deverá apresentar a Planilha de Formação de Preços de acordo com o que consta nos Módulos I e II, detalhando todos os custos envolvidos na execução da manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do CJF.

3.4 – A LICITANTE deverá apresentar a composição própria do BDI, tendo como base a Planilha de Composição Analítica da Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, inclusa no ANEXO I do módulo I.

3.4.1 - Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, deverão ser discriminadas na planilha de composição de BDI as alíquotas dos impostos e contribuições a que estão obrigadas a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5 – Os percentuais de Leis Sociais estabelecidos pelo SINAPI, considerando a mão de obra desonerada, não poderão ser alterados, salvo pelas empresas optantes pelo Simples Nacional, as quais deverão excluir gastos relativos às contribuições que estejam dispensadas de recolher (SESI, SENAI, SEBRAE etc.). Os percentuais são os constantes na Planilha de Composição de Encargos Sociais do SINAPI, inclusa no ANEXO I. Correspondem a 85,16% para trabalhadores horistas e a 49,49% para trabalhadores mensalistas.

3.6 – É facultado às licitantes elaborarem seus orçamentos considerando a mão de obra SEM DESONERAÇÃO, ajustando suas planilhas de composição de custos unitários e de BDI a esta opção.

3.7 - Caso a licitante seja beneficiária do regime substitutivo da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento, deverá apresentar declaração, conforme modelo do Anexo III da Instrução Normativa RFB n. 1.436/2013, bem como comprovante de recolhimento da DARF do mês de fevereiro do ano corrente, que comprove a opção do pagamento via CPRB. Não obstante, deverá incluir, dentre o módulo de tributação, percentual relativo à CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Sobre a Receita Bruta – a CPRB.

4 – No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracteriza, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

5 – Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

6 – O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.



Conselho da Justiça Federal

7 – Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (tributos, frete, descontos etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero.

8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9 – A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

10 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará na desclassificação imediata da proposta.

11 – Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 – O pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

1.1 – A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

2 – O pregoeiro procederá à análise preliminar das propostas quanto ao atendimento aos requisitos deste edital, efetuando a classificação ou desclassificação da proposta, logo após dará início à etapa de lances das propostas aceitas.

3 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

1 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

2 – Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo informadas do recebimento e do respectivo horário de registro e valor.

2.1 – Os lances deverão ser ofertados pelo **PREÇO GLOBAL**, sagrando-se vencedora a empresa licitante que ofertar o menor preço global.

3 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

3.1 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

3.2 – Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4 – No transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.



Conselho da Justiça Federal

5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

6 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada, por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento pelo sistema eletrônico de aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7 – Após o encerramento da etapa de lances, se houver a participação de ME/EPP e, nessa hipótese, ocorrer empate entre as propostas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, ficará assegurada à ME/EPP, como critério de desempate, a preferência de contratação.

7.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP sejam iguais, ou, até, 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances.

7.2 – Para efeito do disposto no subitem 7.1, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o sistema de pregão eletrônico, após o encerramento da fase de lances, identificará, em coluna própria, as ME/EPP participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPP, na ordem de classificação;

b) a proposta que se encontrar na faixa de, até, 5% acima da proposta de menor preço, estará empatada com a primeira colocada e terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente, abaixo da primeira colocada para desempate;

c) para viabilizar tal procedimento, o sistema encaminhará uma mensagem automática, por meio do chat, convocando a ME/EPP, que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decair do direito concedido;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista, ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes, na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará uma nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;

e) não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPP, e haja equivalência de valores dentre as empresas que se encontram no intervalo estabelecido no subitem 7.1, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando, automaticamente, a vencedora para o encaminhamento da oferta final.

8 – Na hipótese da não contratação, nos termos do subitem 7.2 desta Cláusula, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9 – O disposto no subitem 7.1 aplicar-se-á quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP.

10 – Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

11 – Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada, somente, após comunicação às empresas participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.



Conselho da Justiça Federal

IX – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 – Apurada a melhor oferta o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, procedendo a sua aceitação.

1.1 – O pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente à empresa licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

2 – Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1 – O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

2 – No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

3 – Não havendo oferta de lances e ocorrendo empate por equivalência de preço, se dentre as empatadas não houver empresa declarante ME/EPP, o sistema, automaticamente, dará como vencedora a empresa licitante que enviou antes a sua proposta.

3.1 – Caso as propostas tenham sido enviadas em tempos iguais, o pregoeiro convocará as respectivas empresas licitantes para a realização de um sorteio presencial.

3.2 – Se houver mais de uma empresa declarante ME/EPP com o mesmo preço, o sistema, automaticamente, dará, como vencedora do certame, a empresa que primeiro enviou a proposta.

3.3 – Caso as propostas das ME/EPP tenham sido enviadas em tempos exatamente iguais, será efetuado o desempate nos termos do subitem 3.1.

XI – DA HABILITAÇÃO

1 – A habilitação da licitante vencedora será efetuada mediante consulta on-line ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, no que concerne à regularidade dos documentos exigidos neste Edital e abrangidos pelo referido sistema, bem como pela documentação complementar especificada neste instrumento convocatório.

1.1 – Será avaliada através do SICAF:

- a) Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e a Fazenda Municipal, no caso de empresa de fora de Brasília;

1.2 - Às licitantes inscritas no SICAF, cuja documentação encontrar-se vencida no referido Sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada, no momento da habilitação, qual seja:



Conselho da Justiça Federal

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), quanto aos créditos tributários federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, inclusive as contribuições previdenciárias;

a.1) A Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos aos Tribunais Federais e à Dívida Ativa da União, e a Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros emitidas nos termos do Decreto n. 6.106, de 30 de abril de 2007 têm eficácia durante o prazo de validade nelas constante;

b) CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

1.3 – Não sendo possível efetuar as consultas *on-line* dos documentos exigidos para a habilitação, a empresa licitante vencedora deverá transmitir os referidos documentos ao correio eletrônico cpl@cjf.jus.br, dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

2 – Documentação complementar:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

c) Documentos de identificação do representante da licitante RG e CPF.

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei n. 12.440, de 7 de julho de 2011;

e) Certidão Negativa de improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do *link* Acesso rápido>cadastro de improbidade administrativa;

f) Certidão negativa de falência, concordata e recuperações judiciais e extrajudiciais, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

g) Certidão de Registro e Quitação expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove o registro, a inscrição e a situação regular da empresa e do ser Responsável Técnico na entidade;

h) Comprovação de vínculo de 1 (um) profissional de nível superior na área de Engenharia Mecânica com a LICITANTE, devidamente reconhecido e registrado no CREA, que atenda as exigências mínimas de qualificação técnica estabelecida no Módulo I - Termo de Referência;

i) A comprovação exigida na alínea “h” dar-se-á mediante a apresentação de, no mínimo, contrato de prestação de serviços. Tal contrato deverá garantir a permanência do profissional na empresa durante a execução dos serviços, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CJF, nos termos do disposto no § 10 do art. 30 da Lei 8.666/93

j) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL, referido na alínea “h”, devidamente registrado no CREA, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que não o próprio licitante, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA, que comprove a execução de serviços similares ao objeto a ser licitado. O atestado deverá atender a parcela de maior relevância para habilitação técnica, descrita na alínea “k”, e ser disponibilizado para análise pela Comissão Permanente de Licitações – CPL no momento de apresentação das propostas, sendo condição precípua para aceitação das mesmas;



Conselho da Justiça Federal

k) A parcela de maior relevância para habilitação técnica é referente à comprovação de que o profissional engenheiro mecânico realizou serviços de **instalação ou manutenção corretiva em sistema de esgoto a vácuo** em edificações com pelo menos 5.000 metros quadrados de área construída ou que contasse com, pelo menos, 40 (quarenta) vasos sanitários de funcionamento a vácuo instalados;

l) Os quantitativos supramencionados representam aproximadamente 20% da área de construção do edifício sede do CJF e cerca de 40% dos vasos sanitários instalados no prédio, de forma a não se constituir em limitação desnecessária à competitividade no certame, mas tão somente a permitir o estabelecimento de parâmetros e condições razoáveis de avaliação da capacidade técnica da licitante frente às peculiaridades de execução do objeto em exame;

m) Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88, e artigo 27, inciso V, da Lei n. 8.666/93;

n) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do artigo 32, §2º, da Lei n. 8.666/93.

2.1 – A documentação elencada no item 2, alíneas “a” a “l” deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, até 60 (sessenta) minutos após solicitação do pregoeiro.

2.2 – Para atendimento aos quesitos mencionados nas alíneas “m” e “n” deste item, a licitante poderá formalizar as declarações em campo próprio do sistema.

2.3 – Como condição para habilitação será verificada a existência de registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>), em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

3 – O descumprimento das exigências contidas nesta cláusula determinará a inabilitação da licitante.

4 – Para as ME/EPP a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.

4.1 – As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada no subitem 2.1 desta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

4.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2.1 – O prazo que trata o subitem 4.2 poderá ser prorrogado, a critério da administração, com apresentação de justificativa pela licitante, nos termos do §1º c/c § 3º do art. 4 do Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015.

4.3 – A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 4.2 e 4.2.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista na alínea “b” do subitem 1.3 da cláusula XVI (Das Penalidades) deste edital e em lei, sendo facultado ao CJF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

5 – Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

6 – Não serão aceitos “protocolos de entrega”, ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

7 – Verificado o desatendimento de qualquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias, por parte da empresa licitante



Conselho da Justiça Federal

classificada subsequente e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

7.1 – A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as empresas licitantes.

7.2 – No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

8 – Constatado o atendimento dos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a empresa licitante correspondente.

XII – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

1 – A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, elaborada nos moldes do Módulo II deste Edital, por meio do *link* “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XVI (Das Penalidades) deste edital.

1.1 – A critério do pregoeiro e por manifestação da licitante o prazo acima determinado poderá ser prorrogado.

2 – Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

3 – A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou impressa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

3.1 – Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone e correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento, conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

3.1.1 – O endereço e CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

3.2 – A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado;

3.3 – Preço unitário e total (com tributos, frete e descontos inclusos), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

XIII – DOS RECURSOS

1 – Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico. Não havendo intenção registrada, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação em favor da licitante julgada vencedora.

2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso.

3 – O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

4 – A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo



Conselho da Justiça Federal

da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

7 – Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento para determinar a contratação.

XIV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - As despesas, decorrentes da execução do objeto do presente pregão, correrão à conta de recursos específicos consignados ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União.

XV – DO PAGAMENTO

1 – O pagamento das etapas dos serviços será autorizado pela fiscalização, mediante a expedição de Relatório Mensal de Medição assinado pelas partes e será efetuado por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis.

1.1.- A FISCALIZAÇÃO terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar o atesto.

1.2 – Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º da Lei n. 8.666/93, parágrafo esse acrescido pela Lei n. 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

1.3 - As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas à Seção de Protocolo e Expedição do CJF, pelo e-mail: protocolo@cjf.jus.br.

2 – Este Conselho descontará do valor devido as retenções previstas na legislação tributária vigente à época do pagamento.

XVI – DAS PENALIDADES

1 – A empresa, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita, isolada ou cumulativamente, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais previsões legais:

1.1 – ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido.

1.2 – MULTA MORATÓRIA – de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor adjudicado na hipótese de atraso injustificado para a assinatura do contrato, até o máximo de 15 (quinze) dias.

1.3 – MULTA COMPENSATÓRIA – nas seguintes ocorrências:

a) De 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando superado o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no subitem 1.2 desta cláusula ou considerada desistente;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado em caso de não regularização da documentação, exigida da ME/EPP, no prazo previsto nos subitens 4.2 e 4.2.1 da cláusula XI do edital.

1.4 – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 c/c o art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

1.5 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – pela inexecução total ou parcial do objeto deste edital a empresa licitante será suspensa temporariamente de participar de licitação e impedimento de contratar com a



Conselho da Justiça Federal

Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do inciso III, art. 87 da Lei n. 8.666/93, bem como Acordão 2242/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

1.6 – DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE – ser declarada inidônea, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

2 – As multas previstas nos subitens 1.2 e 1.3 poderão cumular-se entre si, bem como com as penalidades dos subitens 1.1, 1.4 a 1.6.

3 – Nos termos do §3º do art. 86 e do §1º do art. 87 da Lei n. 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pelo Conselho da Justiça Federal ou ser recolhida ao Tesouro por GRU (Guia de Recolhimento da União) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

4 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será feita mediante procedimento administrativo específico. O Conselho da Justiça Federal comunicará à licitante sua intenção de aplicação da penalidade, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da comunicação.

5 – Decidida pelo Conselho da Justiça Federal a aplicação de sanção, fica assegurado à empresa o uso dos recursos previstos em lei.

6 – Após a assinatura do contrato, em caso de inadimplência, a empresa sujeitar-se-á às penalidades nele previstas.

XVII – DO CONTRATO

1 – O contrato será firmado com a licitante vencedora com base na minuta constante deste edital.

2 – O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias úteis, após regular convocação pelo CJF, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

3 – Por ocasião da assinatura do contrato o CJF realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

4 – O representante da licitante vencedora deverá apresentar, ao CJF, os documentos pessoais (RG e CPF), e se for o caso, procuração particular, com firma reconhecida, ou pública, com poderes para assinar o contrato, caso não tenham sido apresentados na fase de habilitação.

4.1 – Caso haja alguma alteração na documentação, exigida no procedimento de habilitação, esta deverá ser apresentada na formalização do contrato, sujeita a análise da manutenção das condições de habilitação.

4.2 – Os documentos deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada por cartório competente ou, na forma original, o qual será autenticado por servidor deste CJF.

5 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela empresa que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste edital.

6 – Formalizado o contrato, durante sua vigência, a empresa estará obrigada ao seu cumprimento.

7 – Em cumprimento ao constante da Resolução n. 9, de 6 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,



Conselho da Justiça Federal

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este CJF.

XVIII – DA VISTORIA

1 – A empresa licitante, caso julgue conveniente para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, poderá realizar vistoria por meio do seu engenheiro credenciado, no local onde serão executados os serviços, para tomar conhecimento dos serviços a serem realizados, assim como das condições de execução dos mesmos, tendo pleno conhecimento de eventuais dificuldades para a execução dos serviços, bem como de que possui todas as informações necessárias para a formulação de sua proposta de preços.

1.1 – A vistoria técnica deverá ser realizada em dias úteis, em horário comercial, e será agendada por meio dos telefones (61) 3022-7632 ou 3022-7093.

1.2 - A vistoria técnica poderá ser realizada **até 1 (um) dia útil antes** da data de abertura da Licitação.

1.3 - A edificação a ser vistoriada está situada no Setor de Clubes Esportivos Sul -SCES, Trecho III – Polo 8 – Lote 9 – Brasília/DF.

1.4 Caso a empresa licitante **opte por não realizar a vistoria**, não serão admitidas alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de eventuais dificuldades técnicas não previstas para a não realização da manutenção pretendida, inclusive no que se refere ao preço global ajustado entre as partes.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente edital.

2 – Assegura-se a este Conselho o direito de:

2.1 – Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93), fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta;

2.1.1 – Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

2.1.2 – O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação;

2.2 – Revogar a presente licitação por razões de interesse público (art. 49, caput, da Lei n. 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

2.3 – Adiar a data da sessão pública;

2.4 – Aumentar ou diminuir a quantidade inicialmente contratada, dentro do limite estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, mantidos os preços oferecidos na proposta final da licitante; e,

2.5 – Rescindir unilateralmente o ajuste, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666/93, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3 – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.



Conselho da Justiça Federal

- 4** – O desatendimento de exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.
- 5** – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.
- 6** – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.
- 7** – Na contagem dos prazos será observado o disposto no art. 110 da Lei n. 8.666/93.
- 8** – Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao endereço constante no item 9, abaixo.
- 9** – O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no 1º andar, sala 105, na Sede do CJF, situada no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília/DF, CEP 70.200-003, telefones 3022-7510, 7511 ou 7513, nos dias úteis, de 9h às 19h, e na internet para download, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2018.

MÁRCIO GOMES DA SILVA
Pregoeiro



Autenticado digitalmente por MARCIO GOMES DA SILVA.
Documento Nº: 1578218.14772055-9047 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 3/2018

MÓDULO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia mecânica para a prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do Conselho da Justiça Federal – CJF de marca EVAC.

2 - JUSTIFICATIVAS

2.1 - O sistema de esgoto a vácuo foi instalado no edifício sede do CJF no decorrer da obra de construção da edificação, há cerca de sete anos, e não passou por serviços de manutenção mais aprofundados.

2.2 - Devido ao uso ininterrupto do sistema, alguns de seus componentes apresentam claros sinais de desgaste, necessitando serem substituídos ou reparados por profissionais especializados no mais curto espaço de tempo possível.

2.3 - A equipe de manutenção do CJF não possui nenhum especialista em sistema de esgoto a vácuo que pudesse avaliar o real estado de funcionamento dos componentes que integram a instalação e determinassem os pontos exatos que deverão ser alvo de manutenção corretiva. Por esta razão, foi contratada, por meio do Processo n. CJF-ADM-2017/00344, empresa especializada para elaborar o diagnóstico das reais condições de funcionamento do sistema em uso e definir os serviços necessários para a recuperação total do sistema de esgoto a vácuo (Anexo I).

A manutenção integral do sistema, mediante o fornecimento de peças e mão de obra especializada, é de fundamental importância para se evitar a parada das instalações sanitárias da edificação que, se ocorresse, inviabilizaria o funcionamento normal do Conselho da Justiça Federal.

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, a seguinte documentação:

3.1 - Certidão de Registro e Quitação expedida pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA, que comprove o registro, a inscrição e a situação regular da empresa e do seu Responsável Técnico na entidade.

3.2 - Comprovação de vínculo de 1 (um) profissional de nível superior na área de Engenharia Mecânica com a LICITANTE, devidamente reconhecido e registrado no CREA, que atenda as exigências mínimas de qualificação técnica estabelecida neste Termo de Referência.

3.3 - A comprovação exigida no item 3.2 dar-se-á mediante a apresentação de, no mínimo, contrato de prestação de serviços. Tal contrato deverá garantir a permanência do profissional na empresa durante a execução dos serviços, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no § 10 do art. 30 da Lei 8.666/93.

3.4 - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica do profissional referido no item 3.2, devidamente registrado no CREA, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que não o próprio licitante, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA, que comprove a execução de serviços similares ao objeto a ser licitado. O atestado deverá atender a parcela de maior relevância para habilitação técnica, descrita no item 3.5 deste Termo de Referência, e ser disponibilizado para análise pela Comissão Permanente de Licitações – CPL no momento de apresentação das propostas, sendo condição precípua para aceitação das mesmas.

3.5 - A parcela de maior relevância para habilitação técnica é referente à comprovação de que o profissional engenheiro mecânico realizou serviços de **instalação ou manutenção corretiva em sistema de esgoto a vácuo** em edificações com pelo menos 5.000 metros quadrados de área



Conselho da Justiça Federal

construída ou que contasse com, pelo menos, 40 (quarenta) vasos sanitários de funcionamento a vácuo instalados.

3.6 - Os quantitativos supramencionados representam aproximadamente 20% da área de construção do edifício sede do CJF e cerca de 40% dos vasos sanitários instalados no prédio, de forma a não se constituir em limitação desnecessária à competitividade no certame, mas tão somente a permitir o estabelecimento de parâmetros e condições razoáveis de avaliação da capacidade técnica da licitante frente às peculiaridades de execução do objeto em exame.

3.7 - **Declaração de vistoria** emitida pela empresa licitante de que, por meio do seu **engenheiro** credenciado, obteve todas as informações técnicas necessárias ao desenvolvimento dos serviços licitados, assim como das condições de execução dos mesmos, tendo pleno conhecimento de eventuais dificuldades para a execução dos serviços, bem como de que possui todas as informações necessárias para a formulação de sua proposta de preços. A vistoria deverá ser realizada nos locais da prestação dos serviços, em horário comercial, **até 01 (um) dia útil antes** da data de abertura da Licitação. Agendar a vistoria por meio do Telefone (61) 3022-7632 ou (61) 3022-7093.

3.8 - A edificação a ser vistoriada está situada no Setor de Clubes Esportivos Sul -SCES, Trecho III – Polo 8 – Lote 9 – Brasília/DF.

3.9 - Caso a empresa licitante **opte por não realizar a vistoria**, não serão admitidas alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de eventuais dificuldades técnicas não previstas no contrato para a não realização da reforma pretendida, inclusive no que se refere ao preço global ajustado entre as partes.

4 – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – A CONTRATADA deverá indicar o engenheiro mecânico que atuará como Responsável Técnico pelos serviços. A indicação deverá ser efetuada mediante declaração em que conste o nome completo do profissional, o número do seu CPF e do seu documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

4.2 – O Responsável Técnico indicado pela Contratada deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela execução do serviço junto ao CREA antes do início da execução dos serviços. Cópia da ART deverá ser entregue à fiscalização do CONTRATANTE para juntada ao processo que trata da execução dos serviços.

4.3 – Durante todo o período de vigência do contrato, o Responsável Técnico deverá estar apto a sanar todas as questões técnicas que se apresentem durante a execução dos serviços.

4.4 - O Responsável Técnico deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

4.5 - A CONTRATADA orientará o seu Responsável Técnico quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Apresentar, antes do início da execução dos serviços, uma cópia da **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** do profissional responsável pela execução dos serviços.

5.2 - Conhecer e observar, naquilo que é cabível, o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, instituído pela Resolução CJF Nº 147/2011. Cabe à CONTRATADA dar conhecimento aos seus empregados da obrigatoriedade de se pautarem pelas normas de conduta estabelecidas pelo CONTRATANTE.

5.3 - O aludido Código de Conduta integrará o contrato a ser firmado com a futura prestadora de serviços.



Conselho da Justiça Federal

- 5.4 - Não manter em seu quadro de prestadores de serviço cônjuge, companheiro e/ou parente de ocupantes de cargo de direção e/ou assessoramento de membros vinculados ao Conselho da Justiça Federal. Deverá ser apresentada declaração conforme determina a Resolução 7/2005 – CNJ.
- 5.5 - Manter, durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.6 - Garantir que os serviços objeto deste Termo de Referência serão realizados por equipe de profissionais qualificados. A equipe em referência, não fixa na edificação, deverá contar com, pelo menos, 01 Engenheiro Mecânico, 01 Supervisor de Serviços e 01 Mecânico Especializado em esgoto a vácuo EVAC.
- 5.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, inclusive as decorrentes de acidentes de trabalho e indenizações, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o CJF.
- 5.8 - Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de danos pessoais ou materiais causados ao CJF ou a terceiros.
- 5.9 - Responsabilizar-se pela integridade das instalações e equipamentos do CJF, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, em decorrência da execução dos serviços, omissão ou negligência de sua equipe.
- 5.10 - Assumir total responsabilidade técnica e civil pela execução dos serviços, inclusive as concernentes à segurança patrimonial e pessoal decorrentes dos serviços a cargo da CONTRATADA, independentemente da atuação da FISCALIZAÇÃO.
- 5.11 - Responder por danos e/ou prejuízos que forem causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por atos dolosos de seus empregados.
- 5.12 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas regulamentares de Segurança e Medicina do Trabalho cabíveis.
- 5.13 - Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes quando da execução dos serviços.
- 5.14 - Ao CONTRATANTE pertencerão todos os registros, projetos, relatórios eventualmente elaborados pela CONTRATADA, referentes ao contrato firmado com o CJF.
- 5.15 - Dar ciência à FISCALIZAÇÃO do CJF, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que for verificada durante a execução dos serviços.
- 5.16 - Outras obrigações constantes no Contrato.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 6.1 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive no que se refere a permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências edifício sede do CJF.
- 6.2 – Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.
- 6.3 – Promover os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro do prazo estipulado em contrato.
- 6.4 – Fiscalizar a execução dos serviços.

7 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 7.1 – Após a assinatura do Contrato, o CJF designará formalmente, na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, um servidor da Secretaria de Arquitetura e Engenharia, doravante denominado FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do CJF, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.



Conselho da Justiça Federal

7.2 – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto designado.

7.3 - Os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO acerca do andamento dos serviços deverão ser prestados imediatamente pela CONTRATADA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que, com a autorização da FISCALIZAÇÃO, poderão ser respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. O não cumprimento do prazo estipulado neste item, salvo justificativas aceitas pela FISCALIZAÇÃO, acarretará à aplicação de multa correspondente à 0,10% do valor global do contrato, por ocorrência.

7.4 - É direito da FISCALIZAÇÃO rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está irregular.

7.5 - À FISCALIZAÇÃO compete, dentre outras atribuições:

7.6 - Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA.

7.7. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

7.8. Acompanhar, avaliar e atestar o recebimento dos serviços executados.

7.9 - A ação da FISCALIZAÇÃO não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA no que se refere ao cumprimento adequado de todas as suas obrigações contratuais.

8 – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

8.1. Manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do CJF, abrangendo:

8.2. Substituição de 06 (seis) Bombas Busch Mink MM 1142 BV – Modelo MM1142BV.

8.3. Substituição de válvulas de retenção do sistema de recalque.

8.4. Substituição das boias de nível dos tanques de coleta que operam em nível de bloqueio.

8.5. Substituição da tubulação de descarga em PVC por tubulação em CPVC.

8.6. Substituição de mecanismos de controle, módulos ativadores, mini válvulas e botões acionadores e mangueira, conforme quantitativos de materiais constantes na Planilha Orçamentária Estimativa (Anexo I deste Termo de Referência).

8.7. Revisão dos quadros de comando.

8.8. Substituição da fonte de alimentação do comando (Esgoto 1).

8.9. Revisão do ventilador de exaustão.

8.10. Restabelecimento do sistema.

8.11. Instruções de manutenção preventiva e de operação do sistema de esgoto a vácuo do CJF à equipe de manutenção predial terceirizada.

8.12. Testes e ajustes finais no sistema.

8.13. Todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária à execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA.

9 – GARANTIA DOS SERVIÇOS E COMPONENTES UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA

9.1 - Os serviços executados pela CONTRATADA deverão ter garantia de, no mínimo, 12 meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



Conselho da Justiça Federal

- 9.2 Todas as peças e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ter a garantia indicada pelo fabricante. Caso o fabricante não informe a garantia dos componentes utilizados pela CONTRATADA nos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo, será considerado um período de doze meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.3 Caso as peças e equipamentos utilizados pela CONTRATADA na execução dos serviços apresentem defeitos em até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, essas deverão ser substituídos por outras novas, sem custos adicionais para o CJF, no prazo máximo de 10 (dez) dias. A não observância ao prazo indicado, salvo as justificativas apresentadas pela CONTRATADA acatadas pela FISCALIZAÇÃO, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 1,0% do valor do bem indicado na Planilha Orçamentária da empresa, com a qual a CONTRATADA sagrou-se vencedora do certame licitatório, até o limite de 30 (trinta) dias).
- 9.4 A partir do 31ª dia de inadimplência, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no item 13.7 deste Termo de Referência.

10 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 - O prazo de execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato.
- 10.2 – A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela FISCALIZAÇÃO. A não observância do prazo estabelecido neste item implicará para a CONTRATADA a aplicação de penalidade de multa correspondente à 0,10% do valor global do contrato, por dia de atraso de início dos serviços.
- 10.3. A CONTRATADA deverá elaborar um cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, conforme modelo do Anexo I, onde conste a discriminação das etapas de serviços a serem executados, os seus respectivos prazos de execução e valores correspondentes, e submete-lo à aprovação da Fiscalização no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato. A não observância do prazo estabelecido neste item implicará para a CONTRATADA a aplicação de penalidade de multa correspondente à 0,10% do valor global do contrato.
- 10.4. Somente serão faturados os serviços efetivamente prestados e os equipamentos definitivamente instalados.

11 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

- 11.1 – O pagamento das etapas dos serviços objeto do contrato será autorizado pela FISCALIZAÇÃO, mediante a expedição de Relatório Mensal de Medição assinado pelas partes.
- 11.2 – Aprovada pela FISCALIZAÇÃO a medição dos serviços executados, poderá a CONTRATADA encaminhar ao CJF a nota fiscal correspondente. Junto com a nota fiscal, a CONTRATADA deverá encaminhar:
- a) A medição dos serviços executados.
 - b) Os documentos legais comprobatórios de quitação dos encargos trabalhistas e tributários.
- 11.3 – O pagamento pelos serviços prestados deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal.
- 11.4 - A FISCALIZAÇÃO terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar o atesto, devendo ser observado o estabelecido no Item 11.3.
- 11.5 - Se, após análise da FISCALIZAÇÃO, constatar-se que os serviços apontados na medição foram prestados em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompletos, será feita notificação por escrito à CONTRATADA para que corrija a falha indicada no prazo máximo de dez dias corridos. Somente serão pagos os trabalhos executados em conformidade com o



Conselho da Justiça Federal

contrato, ficando sujeita a CONTRATADA à aplicação das multas previstas neste Termo de Referência.

11.6 - O pagamento referente à Administração Local, será efetuado de forma proporcional à execução dos serviços (Acórdão TCU n. 2.622/2013 – Plenário).

11.7 - Eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, garantido seu prévio direito de defesa, serão quitadas mediante o desconto de seus valores nas faturas apresentadas pela empresa. Caso o valor das faturas não seja suficiente para a quitação total da multa, o valor remanescente deverá ser pago pela CONTRATADA por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

11.8 - Finalizados os serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo, deverá a CONTRATADA providenciar comunicado escrito solicitando à FISCALIZAÇÃO o RECEBIMENTO PROVISÓRIO do objeto.

11.9 - A FISCALIZAÇÃO, mediante a expedição de Termo Circunstanciado assinado pelas partes, no prazo máximo de dez dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação escrita da CONTRATADA, fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos serviços. No aludido Termo Circunstanciado deverão ser registradas todas as pendências existentes para o RECEBIMENTO DEFINITIVO da manutenção corretiva realizada, bem como o prazo concedido à CONTRATADA para a adequação do objeto aos termos contratuais.

11.10 - O RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto somente será realizado pela FISCALIZAÇÃO após finalizadas todas as pendências porventura listadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e mediante a expedição de Termo Circunstanciado assinado pelas partes.

11.11 - O prazo para o RECEBIMENTO DEFINITIVO de execução dos serviços não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

11.12. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo pacto firmado entre as partes.

11.13. A última etapa de execução dos serviços somente será paga após o seu RECEBIMENTO DEFINITIVO.

12 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E COMPOSIÇÃO DO BDI

12.1 – Para orçamentação dos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo, deverão ser obedecidos os ditames do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

12.2. O orçamento de referência apresentado pelo CJF indicará o preço estimativo a ser pago pelos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo. Os interessados na execução da empreitada poderão ofertar descontos, a incidirem sobre o preço máximo informado.

12.3. O LICITANTE deverá apresentar a Planilha de Formação de Preços de acordo com o que consta no ANEXO I deste Termo de Referência, detalhando todos os custos envolvidos na execução da manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do CJF.

12.4. O LICITANTE deverá apresentar a composição própria do BDI, tendo como base a Planilha de Composição Analítica da Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, também inclusa no ANEXO I.

12.5. Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, deverão ser discriminadas na planilha de composição de BDI as alíquotas dos impostos e contribuições a que estão obrigadas a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar Nº 123/2006.

12.6. Os percentuais de Leis Sociais estabelecidos pelo SINAPI, considerando a mão de obra desonerada, não poderão ser alterados, salvo pelas empresas optantes pelo Simples Nacional, as quais deverão excluir gastos relativos às contribuições que estejam dispensadas de recolher (SESI, SENAI, SEBRAE etc.). Os percentuais são os constantes na Planilha de Composição de Encargos



Conselho da Justiça Federal

Sociais do SINAPI, inclusa no ANEXO I deste Termo de Referência. Correspondem a 85,16% para trabalhadores horistas e a 49,49% para trabalhadores mensalistas.

12.7. É facultado aos licitantes elaborarem seus orçamentos considerando a mão de obra SEM DESONERAÇÃO, ajustando suas planilhas de composição de custos unitários e de BDI a esta opção.

13 – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, podem ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1 - Advertência, sempre que a Administração entender que a justificativa de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA nos casos de descumprimento contratual e desde que não tenha havido prejuízo ao erário.

13.2 - Multa de 0,15%, incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, até o limite de 20 dias de atraso.

13.3 - Multa de 7,0%, incidente sobre o valor total da contratação, pela inexecução total ou parcial do objeto contratual, a ser aplicada a partir do 21º dia de inadimplência.

13.4 - Os valores resultantes da aplicação das multas constantes nos itens 13.2 e 13.3 serão cumulativos.

13.5 - A partir do 31º dia de atraso injustificado na finalização dos serviços, a Administração do CJF poderá rescindir, unilateralmente, o contrato firmado com a CONTRATADA.

13.5.1. Por inexecução parcial ou total do objeto, a CONTRATADA será penalizada em 10% do valor total da parcela de inadimplência da contratação.

13.6 - O valor da multa será glosado de faturamento da CONTRATADA, após ciência oficial da decisão administrativa do CONTRATANTE de aplicação da sanção.

13.7 - A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com outras penalidades previstas no contrato ou nos dispositivos legais, em especial:

13.8. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

13.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.10. A reabilitação será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e somente após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.

13.11. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

14 – DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO

14.1 - Por se tratar de um serviço de manutenção corretiva comum de engenharia, a licitação será realizada na modalidade **PREGÃO**



Conselho da Justiça Federal

14.2 - A classificação far-se-á pela ordem crescente dos preços cotados, entre os proponentes que tiverem atendido aos requisitos de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA constantes no item 3 deste Termo de Referência. Será declarada vencedora a empresa que ofertar o menor preço global para execução dos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do Conselho da Justiça Federal.

14.3 - O objeto da presente contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões em conformidade com o estabelecido no art. 65 da Lei 8.666/93.

15 – ESTIMATIVA DE PREÇOS

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Arquitetura e Engenharia – SAE para a execução dos serviços, constante no Anexo I deste Termo de Referência, **o valor estimado para a contratação é de R\$ 273.868,23 (duzentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos).**

16 – REAJUSTE DE PREÇOS

Por se tratar de execução de serviços de curta duração, não haverá reajuste de preços.

17 – GENERALIDADES

17.1 - Caso as omissões na descrição de quaisquer partes dos serviços a serem executados ocasionem aumento de custos para a CONTRATADA, poderão ser efetivados aditivos contratuais para garantir o equilíbrio financeiro do pacto firmado entre as partes, respeitado, para este caso específico, o limite máximo de dez por cento do valor total do contrato, conforme previsto no Inciso II do Art. 13 do Decreto Nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

17.2 - O Conselho da Justiça Federal reserva-se o direito de exigir a substituição de empregados da CONTRATADA durante a execução dos serviços, no interesse da Administração.

17.3 - Os empregados da CONTRATADA que estiverem prestando serviço ao Conselho da Justiça Federal, embora sujeitos às normas disciplinares do Órgão, em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Conselho da Justiça Federal, mantendo-o com a empresa prestadora de serviços que, como tal, responderá única e exclusivamente perante as repartições respectivas por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como quaisquer danos causados ao contratante, ou a terceiros, por seus empregados, durante e em consequência da execução dos serviços, mesmo que praticado involuntariamente, o que ensejará o desconto do valor correspondente ao ressarcimento de fatura da empresa.

17.4 - Não constituem obrigação do Conselho da Justiça Federal o fornecimento de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e uniformes aos empregados da CONTRATADA, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade a concessão de tais benefícios.

18 – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

18.1 - Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à CONTRATADA observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos que produzirem durante a execução dos serviços, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou sua disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

18.2 - Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente Termo de Referência, a contratada, deverá ainda:

18.3 - Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades.

18.4 - Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2018

ANEXO I do Termo de Referência – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA E PLANILHA DE BDI

Obs: Os documentos deste anexo são os constantes do processo e serão disponibilizados aos licitantes no formato em que foram gerados.



Autenticado digitalmente por MARCIO GOMES DA SILVA.
Documento Nº: 1578218.14772055-9047 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 3/2018

ANEXO II do Termo de Referência

DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaro, na qualidade de credenciado da Empresa
..... com sede à
.....

telefone: que vistoriei, acompanhado do servidor responsável do
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL em/...../2018, o local do(s) serviço(s) objeto do Edital de
Pregão nº/2018, que obtive todas as informações técnicas necessárias ao desenvolvimento dos
serviços, assim como das condições de execução dos mesmos, tendo pleno conhecimento de eventuais
dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de que possuo todas as informações necessárias
para a formulação de minha proposta de preços.

Brasília-DF,de.....de 2018

Nome completo do Engenheiro:

Profissional da Empresa Licitante

Responsável do Conselho da Justiça Federal - CJF



Autenticado digitalmente por MARCIO GOMES DA SILVA.
Documento Nº: 1578218.14772055-9047 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 3/2018

MÓDULO II do Edital – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROPONENTE:.....			
ENDEREÇO:.....N.....			
BAIRRO:.....		CIDADE.....UF.....	
FONE:.....		E-MAIL.....	
CEP:.....CNPJ.....			
BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA PAGAMENTO	CONTA CORRENTE

1) Fornecer preço à vista com tributos, frete e descontos inclusos.

2) Pagamento exclusivamente por ordem bancária.

LOTE ÚNICO

Item	Descrição				Valor	Total R\$
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
SUBTOTAL						

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: máximo de 120 (vinte e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS: 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços.

VALIDADE DA PROPOSTA:(mínimo 90 dias), contados da data fixada para abertura da licitação.

Brasília,...../...../2018.

Nome legível

Assinatura do responsável



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 3/2018
MÓDULO III do Edital – MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO N. ADM-2018/009

CONTRATO N. xx/2018 - CJF

Contrato de serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo, firmado entre o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a empresa _____.

CONTRATANTE: UNIÃO: por intermédio do **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**, Órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no SCES Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília-DF, neste ato representado por sua Diretora-Geral, a Senhora _____, brasileira, inscrita no CPF/MF n. _____ e portadora da Carteira de Identidade n. _____ - _____, residente e domiciliada em Brasília - DF.

CONTRATADA: _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF n. _____, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Senhor _____, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. _____ e portador da Carteira de Identidade n. _____ - _____, residente e domiciliado em Brasília - DF.

As partes celebram o presente CONTRATO com fundamento na _____, em conformidade com as informações constantes no Processo n. CJF-ADM-2018/0009, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do contrato consiste na contratação de empresa especializada no ramo de engenharia mecânica para a prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do Conselho da Justiça Federal – CJF de marca EVAC, conforme especificado no termo de referência anexo deste contrato, na proposta comercial e tudo que consta do Pregão Eletrônico n. 3/2018, que ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento de todas as disposições constantes do item 5 do Módulo I - Termo de Referência e, a:

a) Responsabilizar-se:



Conselho da Justiça Federal

- a.1) pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, inclusive as decorrentes de acidentes de trabalho e indenizações, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- a.2) pela integridade das instalações e equipamentos do Contratante, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, em decorrência da execução dos serviços, omissão ou negligência de sua equipe;
- a.3) pelo cumprimento das normas regulamentares de Segurança e Medicina do Trabalho cabíveis;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com os parágrafos primeiro e segundo, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- c) Apresentar, antes do início da execução dos serviços, uma cópia da **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** do profissional responsável pela execução dos serviços;
- d) Conhecer e observar, naquilo que é cabível, o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, instituído pela Resolução CJF Nº 147/2011. Cabe à CONTRATADA dar conhecimento aos seus empregados da obrigatoriedade de se pautarem pelas normas de conduta estabelecidas pelo CONTRATANTE;
- d.1) O aludido Código de Conduta integrará este contrato;
- e) Não manter em seu quadro de prestadores de serviço cônjuge, companheiro e/ou parente de ocupantes de cargo de direção e/ou assessoramento de membros vinculados ao Conselho da Justiça Federal. Deverá ser apresentada declaração conforme determina a Resolução 7/2005 – CNJ.
- f) Manter, durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Garantir que os serviços objeto do Módulo I do Edital - Termo de Referência serão realizados por equipe de profissionais qualificados. A equipe em referência, não fixa na edificação, deverá contar com, pelo menos, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Supervisor de Serviços e 1 Mecânico Especializado em esgoto a vácuo EVAC;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, inclusive as decorrentes de acidentes de trabalho e indenizações, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o CJF.
- i) Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de danos pessoais ou materiais causados ao CJF ou a terceiros.
- j) Responsabilizar-se pela integridade das instalações e equipamentos do CJF, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, em decorrência da execução dos serviços, omissão ou negligência de sua equipe.
- k) Assumir total responsabilidade técnica e civil pela execução dos serviços, inclusive as concernentes à segurança patrimonial e pessoal decorrentes dos serviços a cargo da CONTRATADA, independentemente da atuação da FISCALIZAÇÃO.
- l) Responder por danos e/ou prejuízos que forem causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por atos dolosos de seus empregados.
- m) Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas regulamentares de Segurança e Medicina do Trabalho cabíveis.
- n) Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes quando da execução dos serviços.



Conselho da Justiça Federal

- o) À CONTRATANTE pertencerão todos os registros, projetos e relatórios eventualmente elaborados pela CONTRATADA, referentes ao contrato firmado com o CJF.
- p) Dar ciência à FISCALIZAÇÃO do CJF, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que for verificada durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 – O CONTRATANTE obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes do Módulo I do Edital - Termo de Referência e, a:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive no que se refere a permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do edifício sede do Contratante;
- b) Prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro do prazo estipulado neste Contrato;
- d) Fiscalizar a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

4.1 – A Contratada deverá executar os serviços de Manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo instalado no edifício sede do Contratante, abrangendo:

- 4.1.1 - Substituição de 06 (seis) Bombas Busch Mink MM 1142 BV – Modelo MM1142BV;
 - 4.1.2 - Substituição de válvulas de retenção do sistema de recalque;
 - 4.1.3 - Substituição das boias de nível dos tanques de coleta que operam em nível de bloqueio;
 - 4.1.4 - Substituição da tubulação de descarga em PVC por tubulação em CPVC;
 - 4.1.5 - Substituição de mecanismos de controle, módulos ativadores, mini válvulas e botões acionadores e mangueira, conforme quantitativos de materiais constantes na Planilha Orçamentária Estimativa (Anexo I do Termo de Referência);
 - 4.1.6 - Revisão dos quadros de comando;
 - 4.1.7 - Substituição da fonte de alimentação do comando (Esgoto 1);
 - 4.1.8 - Revisão do ventilador de exaustão;
 - 4.1.9 - Restabelecimento do sistema.
 - 4.1.10 - Instruções de manutenção preventiva e de operação do sistema de esgoto a vácuo do Contratante à equipe de manutenção predial terceirizada;
 - 4.1.11 – Testes e ajustes finais no sistema.
- 4.2 - Todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária à execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA
- 4.3 - O prazo de execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do da assinatura deste Contrato;
- 4.4 - A CONTRATADA deverá:
- 4.4.1 - iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela FISCALIZAÇÃO. A não observância do prazo estabelecido neste item implicará para a CONTRATADA a aplicação de penalidade de multa correspondente à 0,10% do valor global do contrato, por dia de atraso de início dos serviços.



Conselho da Justiça Federal

4.4.2 - elaborar um cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, conforme modelo do Anexo I do Termo de Referência, onde conste a discriminação das etapas de serviços a serem executados, os seus respectivos prazos de execução e valores correspondentes, e submetê-lo à aprovação da Fiscalização no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato. A não observância do prazo estabelecido neste item implicará para a CONTRATADA a aplicação de penalidade de multa correspondente à 0,10% do valor global do contrato.

4.5 – Os serviços serão executados na sede do Contratante, sito no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho III – Polo 8 – Lote 9 – Brasília/DF.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E COMPONENTES

5.1 - Os serviços executados deverão ter garantia de, no mínimo, 12 meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.2 – Todas as peças e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ter a garantia indicada pelo fabricante. Caso o fabricante não informe a garantia dos componentes utilizados pela CONTRATADA nos serviços de manutenção corretiva do sistema de esgoto a vácuo, será considerado um período de doze meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.3 - Caso as peças e equipamentos utilizados pela CONTRATADA na execução dos serviços apresentem defeitos em até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, essas deverão ser substituídos por outras novas, sem custos adicionais para o CJF, no prazo máximo de 10 (dez) dias. A não observância ao prazo indicado, salvo as justificativas apresentadas pela CONTRATADA acatadas pela FISCALIZAÇÃO, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 1,0% do valor do bem indicado na Planilha Orçamentária da empresa, com a qual a CONTRATADA sagrou-se vencedora do certame licitatório, até o limite de 30 (trinta) dias).

5.3.1 – A partir do 31ª dia de inadimplência, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no item 13 do Módulo I do Edital - Termo de Referência

CLÁUSULA SEXTA – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

6.1 – A CONTRATADA indicará o engenheiro mecânico que atuará como Responsável Técnico pelos serviços. A indicação deverá ser efetuada mediante declaração em que conste o nome completo do profissional, o número do seu CPF e do seu documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

6.2 - O responsável técnico deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela execução do serviço junto ao CREA antes do início da execução dos serviços. Cópia da ART deverá ser entregue à fiscalização do CONTRATANTE para juntada ao processo que trata da execução dos serviços.

6.3 – Durante o período de vigência deste contrato, o Responsável Técnico deverá estar apto a sanar todas as questões técnicas que se apresentem durante a execução dos serviços.

6.4 - O Responsável Técnico deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

6.5 - A CONTRATADA orientará o responsável técnico quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.



Conselho da Justiça Federal

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

7.1 - Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à CONTRATADA observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos que produzirem durante a execução dos serviços, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou sua disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

7.2 Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente contrato, a contratada, deverá ainda:

7.2.1 Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades; e

7.2.2 Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

CLÁUSULA NONA – VALOR

9.1 – O preço que o CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA pelos serviços de manutenção, nos termos do presente contrato, é de R\$ _____ (_____), valor total, do qual serão feitas as retenções legais;

9.2 – Nos valores estabelecidos nesta cláusula estão incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes, direta ou indiretamente, bem como despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS FINANCEIROS

10.1 – As despesas com o presente contrato serão atendidas com os recursos consignados no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas, no PTRES _____, e N.D.: _____, N.D.: _____, conforme nota de empenho n. ____, e _____, de __/__/____.

10.2 – Observada as limitações constantes do §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, poderá o CONTRATANTE promover alterações no objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – O CONTRATANTE designará na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, um servidor da Secretaria de Arquitetura e Engenharia, doravante denominado FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do CJF, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

11.2 - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto designado.

11.3 - Os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO acerca do andamento dos serviços deverão ser prestados pela CONTRATADA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que, com a autorização da FISCALIZAÇÃO, poderão ser respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.3.1 - O não cumprimento do prazo estipulado no item acima, salvo justificativas aceitas pela FISCALIZAÇÃO, acarretará à aplicação de multa correspondente à 0,10% do valor global do contrato, por ocorrência.



Conselho da Justiça Federal

11.4 - É direito da FISCALIZAÇÃO rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está irregular.

11.5 - À FISCALIZAÇÃO compete, dentre outras atribuições:

- a) Encaminhar ao Contratante o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA;
- b) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do Contratante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- c) Acompanhar, avaliar e atestar o recebimento definitivo dos serviços executados;

11.6 - A ação da FISCALIZAÇÃO não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA no que se refere ao cumprimento adequado de todas as suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1 - O recebimento dos serviços deverá ser efetivado pela FISCALIZAÇÃO, em conformidade com a Lei n. 8.666/1993, art. 73, no que couber, mediante atesto da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada e emissão de termo circunstanciado.

12.2 - Finalizados os serviços, deverá a CONTRATADA providenciar comunicado escrito solicitando à FISCALIZAÇÃO o RECEBIMENTO PROVISÓRIO do serviço.

12.3 - A FISCALIZAÇÃO, mediante a expedição de termo circunstanciado assinado pelas partes, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação da CONTRATADA, fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos serviços.

12.3.1 - No aludido termo circunstanciado deverão ser registradas todas as pendências existentes para o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, bem como o prazo concedido à CONTRATADA para a adequação do serviço aos termos contratuais.

12.4 - O RECEBIMENTO DEFINITIVO do serviço somente será realizado pela FISCALIZAÇÃO após finalizadas todas as pendências porventura listadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e mediante a expedição de Termo Circunstanciado assinado pelas partes.

12.5 - O prazo para o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados após vistoria que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

12.6 - O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo pacto firmado entre as partes.

12.7 - A última etapa de execução dos serviços somente será paga após o seu RECEBIMENTO DEFINITIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento das etapas dos serviços objeto deste contrato será autorizado pela FISCALIZAÇÃO, mediante a expedição de Relatório Mensal de Medição assinado pelas partes.

13.2 - Aprovada pela FISCALIZAÇÃO a medição dos serviços executados, poderá a CONTRATADA encaminhar ao Contratante a nota fiscal correspondente. Junto com a nota fiscal, a CONTRATADA deverá encaminhar:

- 13.2.1** A medição dos serviços executados;
- 13.2.2** Os documentos legais comprobatórios de quitação dos encargos trabalhistas e tributários.



Conselho da Justiça Federal

13.3 - O pagamento será efetuado por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, após a apresentação da nota fiscal e após o atesto do gestor do Contrato, correspondente aos serviços realizados e aceitos definitivamente;

13.3.1- A FISCALIZAÇÃO terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar o atesto, devendo ser observado o estabelecido no Item 13.3.

13.3.2 - As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas à Seção de Protocolo e Expedição do CONTRATANTE para o e-mail: protocolo@cjf.jus.br.

13.3.3 - Somente serão faturados os serviços efetivamente prestados e os equipamentos definitivamente instalados.

13.4 - Se, após análise da FISCALIZAÇÃO, constatar-se que os serviços apontados na medição foram prestados em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompletos, será feita notificação por escrito à CONTRATADA para que corrija a falha indicada no prazo máximo de dez dias corridos. Somente serão pagos os serviços executados em conformidade com o contrato, ficando sujeita a CONTRATADA à aplicação das multas previstas neste Contrato.

13.5 - O pagamento referente à Administração Local, será efetuado de forma proporcional à execução dos serviços (Acórdão TCU n. 2.622/2013 – Plenário).

13.6 - Eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, garantido seu prévio direito de defesa, serão quitadas mediante o desconto de seus valores nas faturas apresentadas pela Contratada. Caso o valor das faturas não seja suficiente para a quitação total da multa, o valor remanescente deverá ser pago pela CONTRATADA por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

13.7 – Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º da Lei n. 8.666/93, parágrafo esse acrescido pela Lei n. 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

13.8 – O CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho, bem como o DARF, quando a empresa for beneficiária da Desoneração a Folha de Pagamento.

13.9 – O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

13.10 – Encerrada a interrupção de que trata o parágrafo anterior, fica assegurado ao CONTRATANTE o prazo estipulado no caput desta cláusula para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da CONTRATADA.

13.11 – Caso a contratada goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa n. 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa n. 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a licitante vencedora ficará responsável por comunicar a este CJF qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.

13.12 – A documentação mencionada no item 13.11, imprescindível para a efetivação do pagamento, deverá ser fornecida juntamente com a nota fiscal/fatura.

13.13 – O CONTRATANTE, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a CONTRATADA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

13.14 – Em caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor faturado será atualizado monetariamente pelo percentual **pro rata temporis** do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM conhecido quando do



Conselho da Justiça Federal

faturamento, compreendido entre a data limite estipulado para pagamento e aquela em que se der o efetivo pagamento.

13.15 – Nos termos do §9º acima serão corrigidos os valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1 – A CONTRATADA, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais previsões legais:

14.1.1 – ADVERTÊNCIA, poderão ser aplicadas sempre que o Contratante entender que a justificativa de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA nos casos de descumprimento contratual e desde que não tenha havido prejuízo ao erário.

14.1.2 – MULTAS:

14.1.2.1 – de 0,15% incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, até o limite de 20 dias de atraso;

14.1.2.2 - à multa de 7% incidente sobre o valor total da contratação, pela inexecução total ou parcial do objeto contratual, a ser aplicada a partir do 21º dia de inadimplência;

14.1.2.3 - Os valores resultantes da aplicação das multas constantes nos itens 14.1.2.1 e 14.1.1.1 serão cumulativos;

14.1.2.4 – a partir do 31º dia de atraso injustificado na finalização dos serviços, o CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, por inexecução parcial ou total do objeto, o contrato firmado com a CONTRATADA.

14.1.2.5 – Por inexecução parcial ou total do objeto, a CONTRATADA será penalizada em 10% do valor total da parcela de inadimplência da contratação.

14.1.3 – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 combinado com o art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

14.1.4 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do inciso III, art. 87 da Lei n. 8.666/93, bem como Acórdão 2242/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União, sem prejuízo das multas previstas neste contrato

14.1.5 – DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE – ser declarada inidônea, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

14.2 - O valor da multa será glosado de faturamento da CONTRATADA, após ciência oficial da decisão administrativa do CONTRATANTE de aplicação da sanção.

14.3 – Nos termos do §3º do art. 86 e do §1º do art. 87 da Lei n. 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ou ser recolhida ao Tesouro por GRU (Guia de Recolhimento da União) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

14.4 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será feita mediante procedimento administrativo específico. O contratante comunicará à contratada sua intenção de aplicação da penalidade, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação.



Conselho da Justiça Federal

14.5 – Decidida pelo contratante a aplicação de sanção, fica assegurado à contratada o uso dos recursos previstos em lei.

14.6 - A reabilitação será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos resultantes e somente após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.

14.7 - Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93, especialmente quando esta entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas neste instrumento, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93, o presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas pelo presente instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, enquanto tais motivos perdurarem.

17.2 – Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 8.666/93, bem como dos princípios de direito público.

17.3 – É defeso à CONTRATADA utilizar-se deste contrato para caucionar qualquer dívida ou títulos por ela emitidos, seja qual for a natureza dos mesmos.

17.4 – A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas a cumprir com as obrigações oriundas do presente contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário pelas mesmas.

17.5 – Na contagem dos prazos será observado o disposto no art. 110 da Lei n. 8.666/93.

17.6 – A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros de qualquer espécie que dependam de registro da data de entrega e protocolo, para contagem de prazo e demais efeitos legais, deverá ser entregue no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III Polo 8 Lote 9, Brasília/DF, CEP 70.200-003, na Seção de Protocolo e Expedição – SEPEXP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

O Foro Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal é competente para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro que as partes tenham ou venham a ter, por privilegiado ou especial que seja.



Conselho da Justiça Federal

E para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, foi lavrado o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, um dos quais destinado à CONTRATADA, e que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das partes contratantes.

Brasília-DF, ___ de _____ de 2018.

**Diretora-Geral do
Conselho da Justiça Federal**

EMPRESA XXXXXXXXX
CNPJ n. XXXXXXXXX

Obs. Os anexos deste contrato serão o Módulo I do Edital - Termo de Referência e seus anexo e a proposta da contratada.



Autenticado digitalmente por MARCIO GOMES DA SILVA.
Documento Nº: 1578218.14772055-9047 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

